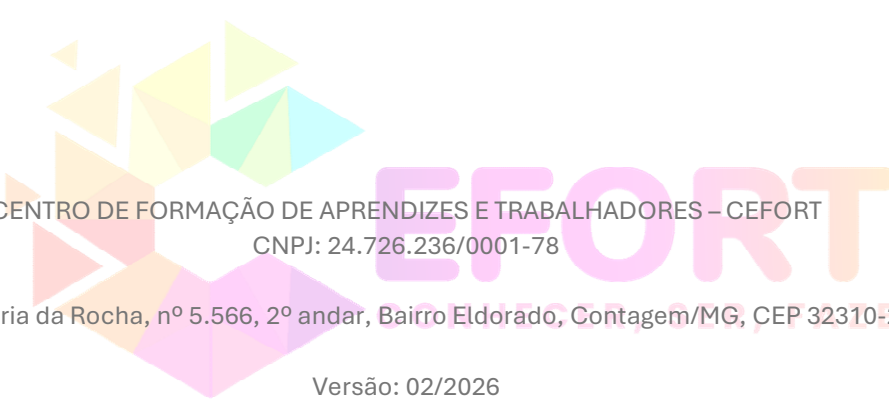




POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS





CENTRO DE FORMAÇÃO DE APRENDIZES E TRABALHADORES – CEFORT
CNPJ: 24.726.236/0001-78

Av. José Faria da Rocha, nº 5.566, 2º andar, Bairro Eldorado, Contagem/MG, CEP 32310-210.

Versão: 02/2026

Revisão de Conteúdo: 02/02/2026.

Sumário

Este documento reúne em linguagem objetiva, as regras essenciais de privacidade e proteção de dados aplicáveis às atividades do CEFORT. Avisos específicos, contratos e procedimentos internos complementam esta Política quando necessário.

1 Sobre esta Política	3
2 Objetivo, Alcance e Públicos Abrangidos	3
3 Identificação do Controlador e da Encarregada	3
4 Conceitos Essenciais	4
5 Princípios Aplicáveis	4
6 Tratamento de Dados: Categorias, Finalidades e Bases Legais	4
7 Fontes de Coleta	5
8 Dados Sensíveis de Adolescentes	5
9 Compartilhamento de Dados	6
10 Cookies e Canais Digitais	6
11 Transferência Internacional	6
12 Segurança e Resposta a Incidentes	7
13 Direitos dos Titulares e Como Exercê-los	7
14 Retenção, Eliminação e Tabela Documental	7
15 Governança e Atribuições da Encarregada	8
16 Atualizações, Vigência e Contato	8

1 Sobre esta Política

Transparência e responsabilidade no cuidado com os dados fazem parte da forma como o CEFORT conduz suas atividades de aprendizagem profissional, formação para o mundo do trabalho, recrutamento e seleção, atendimento pedagógico e socioassistencial, e relacionamento com empresas, órgãos públicos e parceiros.

Esta Política explica de forma clara como os dados são coletados, usados, armazenados, compartilhados, protegidos e eliminados, e como exercer os direitos garantidos pela legislação.

O tratamento observa a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), a Lei nº 8.069/1990 (ECA), a Lei nº 10.097/2000 e os arts. 428 a 433 da CLT (Lei da Aprendizagem), a Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), a Lei Complementar nº 187/2021, o Enunciado CD/ANPD nº 1/2023 e as Resoluções CD/ANPD nº 15/2024, 18/2024 e 19/2024, além de outras normas aplicáveis — inclusive, quando pertinente aos ambientes digitais do CEFORT, a Lei nº 15.211/2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

2 Objetivo, Alcance e Públicos Abrangidos

Esta Política aplica-se aos tratamentos realizados em meios físicos e digitais — formulários, prontuários, contratos, sistemas, site, e-mail, aplicativos, câmeras e canais de atendimento — e abrange, entre outros públicos:

- adolescentes, jovens, aprendizes, estagiários, estudantes e candidatos;
- pais, responsáveis legais e familiares;
- candidatos a emprego, empregados, ex-empregados e dependentes;
- prestadores de serviços, fornecedores, consultores e voluntários;
- representantes de empresas parceiras, instituições de ensino e órgãos públicos;
- doadores, apoiadores e usuários dos canais institucionais.

Avisos de privacidade específicos, termos de consentimento e normas internas podem complementar esta Política para uma atividade determinada.

3 Identificação do Controlador e da Encarregada

O Centro de Formação de Aprendizizes e Trabalhadores – CEFORT, atua como controlador quando decide as finalidades e os meios essenciais do tratamento, podendo também atuar como controlador conjunto ou operador, conforme a operação e as responsabilidades assumidas.

Canal	Dado de contato
Canal geral	cra@cefort.org.br · (31) 3351-2332

Canal de privacidade	privacidade@cefort.org.br
Encarregada (DPO)	Fabiana Leite Silva — Advogada
Contato da encarregada	fabiana.silva@cefort.org.br · (31) 3351-2332

Nas ausências, impedimentos ou vacância, o CEFORT mantém substituto formalmente designado e divulga o canal de contato aplicável em futuras versões e estas serão disponibilizadas em meio digital

4 Conceitos Essenciais

- **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado pessoal sensível:** dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, saúde, vida sexual, genética ou biometria, quando vinculado a pessoa natural.
- **Tratamento:** qualquer operação com dados pessoais — coleta, acesso, uso, armazenamento, compartilhamento, alteração, anonimização, bloqueio ou eliminação.
- **Titular:** pessoa natural a quem os dados se referem.
- **Controlador:** agente que toma as decisões referentes ao tratamento.
- **Operador:** agente que trata dados em nome e segundo as instruções do controlador.
- **Encarregada (DPO):** canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a ANPD.
- **Anonimização:** uso de meios técnicos razoáveis para retirar a possibilidade de associação do dado a uma pessoa.
- **Incidente de segurança:** evento confirmado que compromete a confidencialidade, integridade, disponibilidade ou autenticidade de dados pessoais.

5 Princípios Aplicáveis

O CEFORT observa os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

Em cada operação, o CEFORT limita a coleta ao mínimo necessário, mantém os dados exatos e atualizados quando pertinente, informa as finalidades de forma acessível e adota salvaguardas proporcionais aos riscos.

6 Tratamento de Dados: Categorias, Finalidades e Bases Legais

A tabela a seguir resume, por público, quais dados são tratados, para quais finalidades e sob qual base legal da LGPD — substituindo listas extensas por uma consulta rápida e objetiva:

Público / Titular	Dados tratados	Finalidade	Base legal (LGPD)
Candidatos, aprendizes e estagiários	Identificação e contato; dados educacionais; dados de aprendizagem/estágio (contrato, turma, frequência, avaliações); imagem e voz, quando autorizada.	Seleção, matrícula, formação teórico-prática e acompanhamento pedagógico.	Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal (Lei do Aprendiz, Lei do Estágio, ECA); consentimento, quando aplicável.
Adolescentes e responsáveis legais	Dados de identificação do adolescente e do responsável; dados familiares e socioeconômicos; dados sensíveis estritamente necessários (saúde, deficiência).	Atendimento pedagógico, psicossocial e socioassistencial; proteção e melhor interesse do adolescente.	Proteção da vida; cumprimento de obrigação legal; consentimento específico do responsável, quando exigido.
Empregados, ex-empregados e dependentes	Dados de admissão, cargo, remuneração, jornada, benefícios, saúde e segurança do trabalho; dados financeiros e fiscais.	Gestão de pessoas; folha de pagamento; obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.	Execução de contrato de trabalho; cumprimento de obrigação legal.
Empresas parceiras, fornecedores e prestadores	Dados de representantes (nome, cargo, contato profissional); dados contratuais, bancários e fiscais.	Formalização de contratos e convênios; pagamento; gestão de parcerias e auditorias.	Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal; legítimo interesse.
Doadores, apoiadores e visitantes	Identificação e contato; dados de doação; dados de navegação (IP, cookies) nos canais digitais.	Relacionamento institucional; comunicação; melhoria dos canais digitais.	Consentimento; legítimo interesse; execução de contrato/procedimento preliminar.
Todos os titulares (transversal)	Registros de acesso físico e digital; imagens de câmeras; logs de sistemas.	Segurança de pessoas, instalações e sistemas; prevenção a fraude; apuração de incidentes.	Legítimo interesse; cumprimento de obrigação legal; exercício regular de direitos.

O CEFORT não trata necessariamente todas essas informações em todas as situações, e condiciona cada operação à finalidade, à necessidade e à base legal correspondentes. Dados sensíveis somente são tratados nas hipóteses do art. 11 da LGPD; o legítimo interesse nunca é utilizado como base legal para dados sensíveis.

7 Fontes de Coleta

Os dados são fornecidos diretamente pelo titular ou responsável; recebidos de empresas, instituições de ensino, órgãos públicos, CRAS, CREAS e demais integrantes da rede de proteção; obtidos de fornecedores autorizados; gerados durante a relação com o CEFORT; ou coletados automaticamente nos canais digitais.

A consulta a fontes públicas ocorre apenas quando necessária e permitida, respeitando a finalidade original, o contexto da divulgação, a boa-fé e os princípios da LGPD.

8 Dados Sensíveis de Adolescentes

O tratamento de dados pessoais de adolescentes será realizado sempre em seu melhor interesse, com fundamento na base legal adequada a cada finalidade e adoção de medidas reforçadas de proteção. O CEFORT limitará a coleta aos dados estritamente necessários às finalidades informadas e não condicionará a participação do adolescente ao fornecimento de informações excessivas. A elaboração

de perfis comportamentais e a utilização de decisões automatizadas envolvendo adolescentes dependerão de avaliação jurídica e de riscos específica, com transparência, prevenção à discriminação e possibilidade de revisão humana.

9 Compartilhamento de Dados

O CEFORT compartilha somente dados adequados e necessários, com fundamento jurídico e medidas de segurança, com: empresas contratantes de aprendizes e concedentes de estágio; instituições de ensino; órgãos públicos e integrantes da rede socioassistencial e de proteção; fornecedores de tecnologia, folha, benefícios e afins; instituições financeiras e seguradoras; advogados, contadores e auditores; e pais ou responsáveis, observados o melhor interesse e a confidencialidade.

O vínculo familiar não autoriza acesso irrestrito a prontuários ou registros psicossociais, socioassistenciais e de saúde. O CEFORT não vende dados pessoais.

10 Cookies e Canais Digitais

O site e as plataformas podem usar cookies necessários, de funcionalidade, de desempenho/medição e, se existentes, de publicidade. Cookies não necessários são ativados somente após escolha válida do usuário e podem ser recusados sem bloquear funcionalidades essenciais. Até que o painel de preferências esteja plenamente validado, o CEFORT mantém desativados os cookies não necessários.

O uso de e-mail, WhatsApp, redes sociais e plataformas de terceiros também se sujeita aos termos dos respectivos fornecedores. Documentos sensíveis não devem ser enviados em comentários públicos ou canais abertos.

11 Transferência Internacional

Serviços de nuvem, e-mail, comunicação e suporte podem implicar armazenamento ou processamento de dados no exterior. A transferência internacional ocorre apenas quando há base legal dos arts. 7º ou 11 e mecanismo válido do art. 33 da LGPD, observada a Resolução CD/ANPD nº 19/2024 (decisão de adequação, cláusulas-padrão contratuais ou outra hipótese legal). A relação de fornecedores e

subprocessadores é mantida em inventário interno atualizado e pode ser solicitada pelo canal de privacidade.

12 Segurança e Resposta a Incidentes

O CEFORT adota medidas técnicas, administrativas e organizacionais proporcionais aos riscos: gestão de acessos, autenticação, registros de atividades, proteção de equipamentos e redes, cópias de segurança, atualização de sistemas, guarda física segura e descarte adequado.

Incidentes são registrados, contidos e investigados. Quando puderem acarretar risco ou dano relevante, o CEFORT comunica a ANPD e os titulares afetados em até 3 dias úteis contados do conhecimento, conforme a Resolução CD/ANPD nº 15/2024, mantendo o registro do incidente por, no mínimo, 5 anos.

13 Direitos dos Titulares e Como Exercê-los

Nos termos da LGPD, o titular pode solicitar:

- confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou tratados em desconformidade;
- portabilidade, observada a regulamentação;
- informação sobre com quem os dados foram compartilhados;
- revogação do consentimento e oposição a tratamento irregular;
- revisão de decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado;
- petição perante a ANPD e órgãos de defesa do consumidor.

Os pedidos são enviados preferencialmente para privacidade@cefort.org.br, informando nome, identificação suficiente, vínculo com o CEFORT e descrição do pedido. A resposta ocorre em até 15 dias (art. 19 da LGPD), de forma gratuita. O adolescente pode apresentar o pedido diretamente, conforme sua autonomia progressiva, ou por meio dos responsáveis.

Direitos podem sofrer limitações legais quando a conservação for necessária — por exemplo, para obrigação legal, execução de política pública, exercício regular de direitos, prevenção a fraude ou proteção da vida.

14 Retenção, Eliminação e Tabela Documental

Os dados permanecem pelo tempo necessário às finalidades, ao cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, à execução de contratos e políticas públicas e ao exercício regular de direitos.

Entidade beneficente — Lei Complementar nº 187/2021: como entidade beneficente, o CEFORT conserva por 10 (dez) anos, contados da emissão, os documentos que comprovam a origem e o registro de recursos e os atos ou operações que modificam sua situação patrimonial, conforme a Lei Complementar nº 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes.

Os demais prazos constam da tabela documental abaixo, aprovada e revisada pelas áreas responsáveis. Encerrado o prazo e inexistindo fundamento para conservação, os dados são eliminados, anonimizados ou submetidos a procedimento seguro de descarte.

Categoria de documento / dado	Fundamento	Prazo de guarda	Destinação ao final do prazo
Documentos e registros de aprendizagem/estágio (contratos, frequência, avaliações)	Lei do Aprendiz; Lei do Estágio; obrigação legal	5 anos após o encerramento do vínculo	Eliminação ou anonimização segura
Registros trabalhistas, previdenciários e fiscais	CLT; legislação previdenciária e fiscal	Conforme prazo prescricional trabalhista (regra geral: 5 anos, até 2 anos após a extinção do contrato)	Arquivo restrito; eliminação após o prazo
Documentos que comprovam origem/registro de recursos e alterações patrimoniais	Lei Complementar nº 187/2021 (entidade beneficente)	10 anos, contados da emissão	Arquivo restrito; eliminação após o prazo
Prontuários pedagógicos, psicossociais e socioassistenciais	ECA; princípio da necessidade	Durante o vínculo e prazo adicional definido em norma interna, conforme risco e melhor interesse	Acesso restrito; eliminação ou anonimização
Registros de incidentes de segurança	Resolução CD/ANPD nº 15/2024	Mínimo de 5 anos	Arquivo restrito; eliminação após o prazo
Dados de navegação, cookies e logs de acesso	Marco Civil da Internet	6 meses (registros de aplicação) a 1 ano (registros de conexão), quando aplicável	Eliminação automática ao final do prazo
Dados tratados com base em consentimento (comunicação, imagem, doações)	Consentimento do titular	Até a revogação do consentimento ou o fim da finalidade	Eliminação, salvo obrigação legal de retenção

Cópias de segurança são eliminadas conforme o ciclo técnico de sobrescrita e ficam inacessíveis para uso ordinário enquanto retidas.

15 Governança e Atribuições da Encarregada

A encarregada recebe solicitações e reclamações, presta esclarecimentos, recebe comunicações da ANPD, orienta empregados e contratados e apoia o programa de governança, os registros de tratamento, a avaliação de riscos, os contratos, a gestão de fornecedores e a resposta a incidentes.

O CEFORT fornece os recursos necessários ao desempenho dessas atribuições, garante acesso direto às instâncias decisórias e adota medidas para prevenir conflitos de interesse, conforme a Resolução CD/ANPD nº 18/2024. As decisões sobre finalidades e meios permanecem sob responsabilidade do CEFORT e de suas áreas competentes.

16 Atualizações, Vigência e Contato

Esta Política é revisada periodicamente e sempre que houver alteração relevante nas operações, normas, sistemas ou canais. A versão vigente fica disponível nos canais oficiais do CEFORT, com indicação da data de atualização. Se uma nova finalidade depender de consentimento incompatível com o anteriormente obtido, o CEFORT solicita novo consentimento.

Item	Informação
Versão	02/2026.
Data da revisão	02/02/2026.
Responsável pela aprovação	Felipe Gustavo Pereira Vilela
Canal de dúvidas, solicitações ou reclamações	privacidade@cefort.org.br · (31) 3351-2332

Esta versão entra em vigor na data de sua aprovação.

Documento revisado com base em referências de mercado para linguagem objetiva, mantendo a conformidade técnica com a LGPD e a legislação aplicável ao setor de aprendizagem e estágio.

